



Heleno deve ficar preso em casa

PGR acata argumentos da defesa do general de 78 anos, que sofre de Alzheimer, para que pena seja cumprida em domicílio

» ALÍCIA BERNARDES

A Procuradoria-Geral da República (PGR) se posicionou favoravelmente ao pedido de prisão domiciliar apresentado pela defesa do general da reserva Augusto Heleno, condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 21 anos de prisão por envolvimento no plano da tentativa de golpe. O ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), de 78 anos, começou, nesta semana, a cumprir a pena de 21 anos de prisão imposta pela Primeira Turma do STF pelo envolvimento com o núcleo crucial da trama golpista que culminou nos atos de 8 de janeiro de 2023. Ele está preso no Comando Militar do Planalto, em Brasília, desde terça-feira.

No parecer enviado ao Supremo, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, argumenta que a concessão do benefício tem caráter humanitário. Ele afirma que a Corte admite a substituição da prisão comum quando o condenado apresenta doença grave e necessita de cuidados médicos que não podem ser ofertados em ambiente prisional ou hospitalar adequado.

O documento cita o relatório médico anexado após o exame de corpo de delito do general. Na ocasião, Heleno declarou sofrer de Alzheimer desde 2018. Laudos apontam um quadro progressivo de demência, além de hipertensão e problemas gastrointestinais. A PGR destaca que a idade avançada do



geral e a evolução da doença justificam a excepcionalidade da medida, sob risco de agravamento do estado de saúde, caso permaneça sob custódia militar.

"Medida excepcional"

Gonet ressaltou que a prisão domiciliar, embora incomum para condenados por crimes graves,

é proporcional ao conjunto de sintomas apresentados.

“A manutenção do custodiado em prisão domiciliar é medida excepcional e proporcional à sua faixa etária e ao seu quadro de saúde, cuja gravidade foi devidamente comprovada, que poderá ser vulnerado caso mantido afastado de seu lar e do alcance das medidas obrigacionais e protecionistas que

deverão ser efetivadas pelo Estado”, justificou o procurador-geral.

Durante o exame realizado na chegada ao CMP, Heleno relatou sentir apenas dores nas costas. A médica responsável registrou que o general estava lúcido, com sinais vitais normais e aparência compatível com a idade, embora reconhecesse o diagnóstico de demência progressiva. O relatório também



A manutenção do custodiado em prisão domiciliar é medida excepcional e proporcional à sua faixa etária e ao seu quadro de saúde, cuja gravidade foi devidamente comprovada"

Bolsonaro recorre

» VICTOR CORREIA

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) entrou com embargos infringentes, ontem, pedindo a absolvição dos crimes pelos quais o cliente foi condenado a 27 anos e três meses de prisão. O ex-presidente cumpre pena na Superintendência da Polícia Federal (PF) em Brasília. No recurso, a defesa pede que prevaleça o voto do ministro do STF Luiz Fux, que declarou nulidade da ação penal e absolveu Bolsonaro. Fux foi a única divergência na Primeira Turma da Corte, que condenou o ex-presidente e outros integrantes do chamado “núcleo crucial” da trama golpista. Os advogados argumentam que o trânsito em julgado do processo foi declarado antes do fim do prazo legal.

“A decisão que antecipou o trânsito em julgado da ação penal enquanto ainda transcorria prazo para a oposição de embargos infringentes — ainda que referendada pela 1ª Turma — caracteriza-se como erro judiciário e deve ser revista”, escreveu a defesa. Embargos infringentes são recursos cabíveis quando não há unanimidade nas decisões colegiadas da Corte. A jurisprudência do STF, porém, só admite esse tipo de recurso quando há, pelo menos, dois votos divergentes.

SEU INVESTIMENTO COM ENDEREÇO CERTO

GUARÁ II
QI 23

RESIDENCIAL

MARECHAL JOSÉ PESSOA

2 E 3 QUARTOS

71 m² A 211 m²



1975 | 2025

 3326.2222
www.paulooctavio.com.br